

ICMS DA SAÚDE EM SP vai encarecer planos, tratamentos, medicamentos e dispositivos médicos EM TODO O PAÍS



O momento não podia ser pior. Em meio à crise sanitária e econômica desencadeada pela pandemia, que agora vive uma segunda onda, o Governo do Estado de São Paulo autorizou a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na saúde, de 18%. Quem vai pagar essa conta? O paciente.

A medida só ocorreu porque 48 parlamentares aprovaram a lei 17293, autorizando o governo de São Paulo a extinguir isenções tributárias da saúde por meio dos decretos 65254 e 65255.

Agora, precisamos do apoio desses mesmos deputados: no dia 17 de fevereiro, será apresentado um novo projeto para derrubar o artigo 22 dessa lei.

Adalberto Freitas	PSL
Alex de Madureira	PSD
Alexandre Pereira	SOLIDARIEDADE
Altair Moraes	REPUBLICANOS
Analice Fernandes	PSDB
André do Prado	PL
Ataide Teruel	PODEMOS
Barros Munhoz	PSB
Carla Morando	PSDB
Carlão Pignatari	PSDB
Carlos Cezar	PSB
Cezar	PSDB
Coronel Nishikawa	PSL
Daniel Soares	DEM
Delegado Olim	PROGRESSISTAS
Dirceu Dalben	PL
Dra. Damaris Moura	PSDB
Edmir Chedid	DEM
Estevam Galvão	DEM
Fernando Cury	CIDADANIA
Gilmaci Santos	REPUBLICANOS
Itamar Borges	MDB
Janaina Paschoal	PSL
Jorge Caruso	MDB

Jorge Wilson	REPUBLICANOS
Léo Oliveira	MDB
Marcio da Farmácia	PODEMOS
Marcos Damasio	PL
Marcos Zerbini	PSDB
Maria Lúcia Amary	PSDB
Mauro Bragato	PSDB
Milton Leite Filho	DEM
Paulo Correa Jr.	DEM
Professor Kenny	PROGRESSISTAS
Rafa Zimbaldi	PL
Rafael Silva	PSB
Reinaldo Alguz	PV
Ricardo Madalena	PL
Roberto Moraes	CIDADANIA
Rodrigo Gambale	PSL
Rodrigo Moraes	DEM
Rogério Nogueira	DEM
Roque Barbieri	PTB
Sebastião Santos	REPUBLICANOS
Tenente Coimbra	PSL
Thiago Auricchio	PL
Vinicius Camarinha	PSB
Wellington Moura	REPUBLICANOS

Por que a medida impacta todo o Brasil?

Com o aumento do ICMS na saúde em São Paulo, os custos serão repassados para toda a cadeia: medicamentos, órteses, próteses, dispositivos médicos e serviços de saúde em geral, hospitais, clínicas, laboratórios e, conseqüentemente, aos planos de saúde e seus contratantes, sejam empresas ou pessoas.

Tendo em vista que o Estado de São Paulo é responsável por 70% do abastecimento na área da saúde em todo o país, com equipamentos, insumos e dispositivos médicos, o imposto será repassado a clientes de outras regiões do Brasil – nos setores público e privado.

Além disso, abre-se um precedente para que outros estados adotem medidas semelhantes, já que seria injusto apenas São Paulo reter mais impostos, num momento em que o restante do Brasil se esforça para diminuir a tributação.

No dia 17 de fevereiro, vários parlamentares de diferentes partidos apresentarão na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) um projeto para propor a revogação do artigo 22 da Lei 17.293.

Neste momento, é preciso unir forças para que mais parlamentares assinem e apoiem a iniciativa a fim de que o projeto seja pautado.

Ajude-nos nesta missão de reduzir a pressão sobre o setor saúde, que já vem sofrendo há pelo menos 10 meses com uma pandemia sem precedentes na história recente e segue com sua missão de salvar vidas.

#AgoraNãoÉHoraSP

